



7 • Correio Braziliense — Brasília, sábado, 13 de agosto de 2022

| | | | | | | | |
|---------------------------------|--|-----------------------|---|--|--|--|--|
| Bolsas Na sexta-feira | Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias | Salário mínimo | Dólar Na sexta-feira | Euro Comercial, venda na sexta-feira | Capital de giro Na sexta-feira | CDB Prefixado 30 dias (ao ano) | Inflação IPCA do IBGE (em %) |
| 2,78% São Paulo | 108.651 / 112.764 | R\$ 1.212 | R\$ 5,074 (-1,63%) | R\$ 5,207 | 6,76% | 13,66% | 1,62 1,06 0,47 0,67 -0,68 |
| 1,27% Nova York | 9/8 10/8 11/8 12/8 | | Últimos 8/agosto 5,113 9/agosto 5,129 10/agosto 5,085 11/agosto 5,158 | | | | |

CONJUNTURA / Taxa de desocupação recua para 9,3% no segundo trimestre, o menor patamar para o período desde 2015, mas, segundo analistas, ritmo da queda tende a perder força. No país, 10,1 milhões buscam trabalho

Desemprego cai com avanço dos serviços

» ROSANA HESSEL

A reabertura da economia tem ajudado na retomada do setor de serviços — o que mais contrata —, e na queda do desemprego neste ano. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua Trimestral, a taxa de desocupação nacional recuou 1,8 ponto percentual nos três meses encerrados em junho, na comparação com o primeiro trimestre, passando de 11,1% para 9,3% — o menor patamar para o período desde junho de 2015, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O levantamento mostra que o número de desempregados encolheu 15,6% em relação ao primeiro trimestre, somando 10,1 milhões de pessoas. Isso representa 1,9 milhão de pessoas a menos em busca por uma vaga. Já o número de trabalhadores ocupados na informalidade passou de 38,2 milhões para 39,3 milhões — aumento de 2,8% na mesma base de comparação.

O rendimento médio dos trabalhadores, de R\$ 2.652, ficou estável na comparação com o primeiro trimestre, mas, no acumulado do ano, houve queda de 5,1%. Os dados mostram que o rendimento médio das mulheres equivale a 78,6% do salário dos homens, e que os trabalhadores de cor preta recebem 59% do rendimento dos ocupados de cor branca.

O emprego aumentou com a retomada da mobilidade urbana. Mas, olhando para a frente, ele vai crescer menos, porque o efeito da mobilidade se esgotou"

Juan Jensen,
Sócio da 4Intelligence

Estados

Conforme a Pnad, na passagem do primeiro para o segundo trimestre, a taxa de desemprego caiu em 22 estados. Cinco entes federativos registraram estabilização: Distrito Federal, Amapá, Ceará, Mato Grosso e Rondônia.

O Nordeste foi a região com maior taxa média de desemprego, de 12,7%, e a Bahia ficou na liderança do ranking nacional, com 15,5%, seguida por Pernambuco (13,6%). As menores taxas de desocupação foram registradas em Santa Catarina (3,9%), Mato Grosso (4,4%) e Mato Grosso do Sul (5,2%).

O contingente de pessoas ocupadas cresceu 3,1% na comparação com o primeiro trimestre do ano, para 98,3 milhões — recorde da série histórica da Pnad, iniciada em 2012. A queda no desemprego e o aumento do número de pessoas ocupadas são um alento para o mercado de trabalho, de acordo com analistas. Segundo eles, daqui para a frente, será difícil uma queda mais forte na taxa de desocupação, porque as perspectivas para a atividade econômica são de desaceleração, em grande parte, devido ao impacto da política monetária a partir de agora.

Quando a economia não cresce, dificilmente o empregador

volta a contratar. Por isso, analistas avaliam que será desafiador para o ministro da Economia, Paulo Guedes, conseguir entregar a previsão, feita recentemente, de que o desemprego chegará a 8% no fim deste ano.

Para o economista Juan Jensen, sócio da 4Intelligence, é "pouco provável" que a taxa de desemprego encerre o ano em 8%, porque o ritmo de criação de vagas deverá desacelerar. "O emprego aumentou no ritmo da recomposição do mercado de trabalho com a retomada da mobilidade urbana. Mas, olhando para frente, o emprego vai crescer menos, porque o efeito da mobilidade se esgotou e está quase igual ao nível pré-pandemia", alertou.

Jensen lembrou que a atividade econômica já dá sinais de desaceleração, com a queda nas vendas do varejo e da produção da indústria em junho, como reflexo do impacto da alta dos juros. "Além dos efeitos da política monetária, há outros fatores para essa desaceleração: a queda na renda e a mudança do mix de consumo devido à retomada dos serviços, que compete com o consumo de bens", explicou.

A economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria, considerou a queda do desemprego bastante positiva, mas alertou que, infelizmente, não é sustentável, porque a atividade econômica não deve deslançar no segundo semestre e, muito menos em 2023, quando as perspectivas não são muito animadoras para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Pelas projeções da Tendências, o desemprego tende a ficar estável no terceiro trimestre e, na média, deverá passar de 9,7%, neste ano, para 9,6%, no ano que vem.

"Pelos nossas projeções, a população de ocupados deverá crescer, mas em ritmo menor. O fato é que há sinais de perda de dinamismo na atividade, que tende a ficar mais fraca no ano que vem. Por isso, apostar em um aumento muito forte na ocupação, para que a taxa de desemprego chegue a 8%, me parece pouco provável", afirmou Alessandra Ribeiro.

Obstáculos

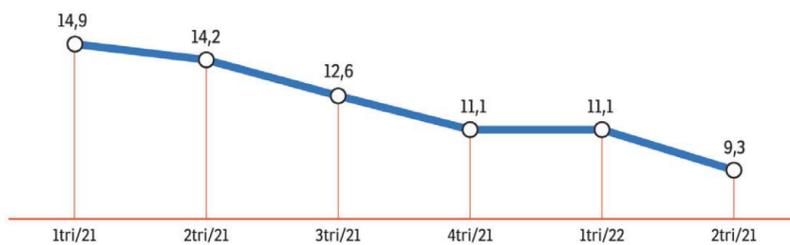
Geilza Rodrigues, de 47 anos, moradora de Santa Maria e desempregada há quase dois anos, continua encontrando obstáculos para conseguir voltar para a formalidade. "Gosto da carteira assinada, porque é mais seguro. A pessoa tem seus direitos garantidos. O problema é que, agora, até para trabalhar de doméstica querem gente nova, então, é mais difícil para mim", disse. (Colaborou João Gabriel Freitas, estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo)

Alento

Desemprego recua no segundo trimestre para 9,3% e atinge 10,1 milhões de brasileiros

Evolução

Taxa de desemprego (em %)

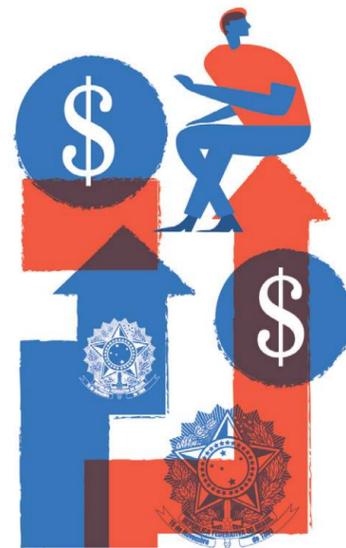


Desempenho nacional

Taxa de desocupação (em %), por unidade da Federação

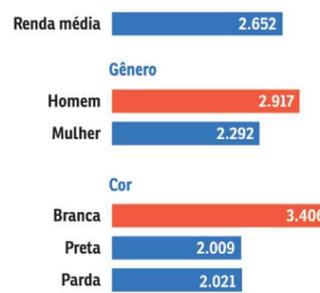
| UF | 1Tri/22 | 2Tri/22 | situação |
|---------------------|-------------|------------|-------------|
| Distrito Federal | 12,6 | 11,5 | ▶▶▶▶ |
| Amapá | 14,2 | 11,4 | ▶▶▶▶ |
| Ceará | 11,0 | 10,4 | ▶▶▶▶ |
| Rondônia | 6,9 | 5,8 | ▶▶▶▶ |
| Mato Grosso | 5,3 | 4,4 | ▶▶▶▶ |
| Santa Catarina | 4,5 | 3,9 | ▼▼▼▼ |
| Paraná | 6,8 | 6,1 | ▼▼▼▼ |
| Espírito Santo | 9,2 | 8,0 | ▼▼▼▼ |
| Rio Grande do Sul | 7,5 | 6,3 | ▼▼▼▼ |
| Mato Grosso do Sul | 6,5 | 5,2 | ▼▼▼▼ |
| São Paulo | 10,8 | 9,2 | ▼▼▼▼ |
| Brasil | 11,1 | 9,3 | ▼▼▼▼ |
| Bahia | 17,6 | 15,5 | ▼▼▼▼ |
| Paraíba | 14,3 | 12,2 | ▼▼▼▼ |
| Rio Grande do Norte | 14,1 | 12,0 | ▼▼▼▼ |
| Maranhão | 12,9 | 10,8 | ▼▼▼▼ |
| Minas Gerais | 9,3 | 7,2 | ▼▼▼▼ |
| Goiás | 8,9 | 6,8 | ▼▼▼▼ |
| Sergipe | 14,9 | 12,7 | ▼▼▼▼ |
| Rio de Janeiro | 14,9 | 12,6 | ▼▼▼▼ |
| Amazonas | 13,0 | 10,4 | ▼▼▼▼ |
| Roraima | 8,8 | 6,2 | ▼▼▼▼ |
| Acre | 14,8 | 11,9 | ▼▼▼▼ |
| Piauí | 12,3 | 9,4 | ▼▼▼▼ |
| Pará | 12,2 | 9,1 | ▼▼▼▼ |
| Alagoas | 14,2 | 11,1 | ▼▼▼▼ |
| Pernambuco | 17,0 | 13,6 | ▼▼▼▼ |
| Tocantins | 9,3 | 5,5 | ▼▼▼▼ |

Fonte: IBGE/Pnad Contínua Trimestral



Renda

A renda média dos trabalhadores ficou estável na comparação trimestral, mas acumula queda de 5,1% no ano (dados em R\$)



Deflação: impacto menor entre pobres

A queda de 0,68% no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador do Instituto Brasileiro de Geografia que mede a inflação oficial teve impacto diferenciado entre as famílias brasileiras, de acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgados ontem. Segundo o órgão, o impacto da deflação de julho ocorreu em todas as faixas de renda, mas, entre as famílias de renda muito baixa, ele foi menor, de 0,34%. Já entre as famílias de renda média, a queda da inflação foi maior, de 0,85%. Nas famílias de renda alta, a deflação foi de 0,42%.

De acordo com o Ipea, entre as famílias de baixa renda, apesar da queda de 5,8% e 0,36% dos custos de energia elétrica e do gás de botijão, a alta de preços observadas no grupo de alimentação e bebidas, que mais pesam no orçamento dos mais pobres, impediu

um recuo ainda mais significativo para a inflação dessas famílias. "O peso dos alimentos na cesta de consumo das famílias de renda muito baixa gira em torno de 24%, enquanto para as famílias de renda alta gira em torno de 8%. No caso das famílias de renda mais alta, a menor deflação decorreu principalmente da elevação das passagens aéreas e de alguns itens de serviços", explicou a pesquisadora do Ipea Maria Andréia Parente Lameiras.

inflação beneficiou mais fortemente as famílias com renda intermediária, ou seja, na nossa classificação, as faixas de renda média-baixa, média e média-alta", explicou Andréia Parente. Segundo a pesquisadora, a tendência é de que a inflação em 12 meses continue desacelerando, beneficiada por uma acomodação dos preços administrados e aumentos mais moderados dos bens industriais e dos alimentos.

De acordo com a pesquisadora, a expectativa para os próximos meses é de que a inflação dos mais pobres desacelere mais rapidamente que a das famílias mais ricas. "Além da desaceleração da inflação de alimentos, que beneficiará as faixas de renda mais baixas, a pressão exercida pela inflação de serviços deve impedir uma desaceleração maior da inflação das faixas de renda mais altas", afirmou. (RH)

Piso barrado na Justiça

» MICHELLE PORTELA

A Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte obteve liminar judicial, ontem, para não ser punida por não adotar o piso salarial da enfermagem. A decisão foi proferida pelo juiz da 17ª Vara Federal Cível de Minas Gerais, Pedro Pereira Pimenta. Segundo o juiz, a lei que instituiu o piso remuneratório provocou "oneridade excessiva e imprevisível" para as entidades de saúde, provocando risco para a continuidade do atendimento à população.

Instituído pela Lei nº 14.314/2022, sancionada na semana passada pelo presidente Jair Bolsonaro, o piso vem sendo fortemente criticado pelo setor de clínicas e hospitais. Na última quarta-feira, a Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde) e outras sete entidades ingressaram com Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a suspensão da norma.

Na ação, as entidades alegam que a lei provocará aumento de 88,4% nos custos do setor, sem que tenham sido definidas fontes de recursos para cobrir a despesa adicional. Pela nova legislação, o piso salarial foi estabelecido em R\$ 4.750 para enfermeiros; R\$ 3.325 para técnicos de enfermagem; e R\$ 2.375 para auxiliares de enfermagem e parteiras.

Risco à população

A ação da Santa Casa de Belo Horizonte foi movida contra a União, o estado e o município. Na decisão, o juiz afirmou que o pagamento acarretaria risco de "prejuízo à prestação de serviço de saúde essencial à população" e, por isso, concedeu tutela antecipada para o bloqueio de R\$ 3,06 milhões, sucessivamente, nas contas do Fundo Estadual de Saúde, na Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, ou ainda, nas contas mantidas pelo Tesouro do estado de Minas Gerais, nas contas do Fundo Municipal de Saúde de Belo Horizonte.

O valor corresponde à diferença encontrada entre os valores pagos em recursos humanos da Santa Casa caso seja aplicado o novo piso. O juiz determina, ainda, que, caso o bloqueio não ocorra, o hospital não sofra punição por não aplicar o piso.

Entre os motivos para a decisão, o juiz aponta, na sentença, que "o deslocamento de recursos para o pagamento da mão de obra envolvida na prestação dos serviços contratados, na área de enfermagem, impactará, por certo, na demanda de recursos que se destinariam à remunerar outras atividades, o que pode colocar em risco a prestação do serviço público de saúde prestado pela Santa Casa de Misericórdia".